

## Perfil dos abrigos de cães e gatos brasileiros quanto às políticas externas e internas

### Profile of brazilian dog and cat shelters regarding external and internal policies

### Perfil de los albergues brasileños para perros y gatos en cuanto a políticas externas e internas

Recebido: 28/06/2022 | Revisado: 06/07/2022 | Aceito: 07/07/2022 | Publicado: 16/07/2022

#### Lucas Galdioli

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4870-013X>  
Universidade Federal do Paraná, Brasil  
E-mail: [lucasgaldioli@ufpr.br](mailto:lucasgaldioli@ufpr.br)

#### Yasmin da Silva Gonçalves da Rocha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3409-010X>  
Universidade Federal do Paraná, Brasil  
E-mail: [yasmin.goncalves@ufpr.br](mailto:yasmin.goncalves@ufpr.br)

#### Rita de Cassia Maria Garcia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7333-013X>  
Universidade Federal do Paraná, Brasil  
E-mail: [ritamaria@ufpr.br](mailto:ritamaria@ufpr.br)

#### Resumo

O desconhecimento do número de instituições atuando em prol do resgate e adoção de cães e gatos no Brasil, além da falta de dados das políticas internas e externas instituídas dificulta a implementação de procedimentos para garantir a saúde e bem-estar de animais abandonados e em situação de abrigo. Objetivou-se nessa pesquisa avaliar o perfil dos abrigos brasileiros em relação as suas políticas internas e externas com o intuito de compreender a realidade dessa temática no Brasil. Os dados dos abrigos foram coletados por meio de um formulário online aplicado em um curso de extensão de educação à distância. O número de dados considerado nesse estudo totalizou 352 abrigos. A maioria dos abrigos era de natureza particular (67,9%; 239/352) e houve representação das cinco regiões do Brasil e de 22 estados. Foi possível compreender o perfil dos abrigos brasileiros em relação as suas políticas externas e internas relacionadas à identificação e recepção dos animais, estrutura física, manejos preventivos, doenças e saída dos animais. A partir dos dados apresentados foi possível observar a falta de políticas públicas voltadas para a prevenção do abandono e do manejo populacional, além da falta de aplicabilidade de protocolos e manejos relacionados à Medicina de Abrigos. Os resultados de nosso estudo fornecem um ponto de partida para o Brasil comparar suas políticas e desempenho do manejo com outros países, além de reavaliar as estratégias existentes para melhorar a eficiência das práticas realizadas com os animais abandonados e que estejam em instituições de acolhimento e adoção.

**Palavras-chave:** Abrigo para animais; Brasil; Políticas em saúde pública.

#### Abstract

The lack of knowledge of the number of institutions working for the rescue and adoption of dogs and cats in Brazil, as well as the lack of data on internal and external policies, hinders the implementation of procedures to ensure the health and welfare of abandoned animals and animals in shelter. This research aimed to evaluate the profile of Brazilian shelters in relation to their internal and external policies in order to understand the reality of this theme in Brazil. The data from the shelters were collected through an online form applied in a distance learning extension course. The number of data considered in this study totaled 352 shelters. Most shelters were private (67.9%; 239/352) and there was representation from the five regions of Brazil and 22 states. It was possible to understand the profile of Brazilian shelters in relation to their external and internal policies related to the identification and reception of animals, physical structure, preventive management, diseases, and the animals' departure. From the data presented, it was possible to observe the lack of public policies for the prevention of abandonment and population management, as well as the lack of applicability of protocols and management related to Shelter Medicine. The results of our study provide a starting point for Brazil to compare its policies and management performance with other countries, and to reevaluate existing strategies to improve the efficiency of the practices performed with abandoned animals in shelters and adoption institutions.

**Keywords:** Animal shelter; Brazil; Public health policies.

#### Resumen

El desconocimiento del número de instituciones que trabajan en el rescate y la adopción de perros y gatos en Brasil, además de la falta de datos sobre las políticas internas y externas en vigor, dificulta la aplicación de procedimientos que garanticen la salud y el bienestar de los animales abandonados y en acogida. Esta investigación tuvo como objetivo evaluar el perfil de los refugios brasileños en relación con sus políticas internas y externas para entender la

realidad de este tema en Brasil. Los datos de los refugios se recogieron mediante un formulario en línea aplicado en un curso de extensión a distancia. El número de datos considerados en este estudio ascendió a 352 refugios. La mayoría de los refugios eran de carácter privado (67,9%; 239/352) y había representación de las cinco regiones de Brasil y de 22 estados. Se pudo conocer el perfil de los refugios brasileños en relación con sus políticas externas e internas relacionadas con la identificación y recepción de animales, la estructura física, la gestión preventiva, las enfermedades y la salida de los animales. A partir de los datos presentados, se pudo observar la falta de políticas públicas dirigidas a la prevención del abandono y al manejo de la población, así como la falta de aplicabilidad de protocolos y manejos relacionados con la Medicina de Albergues. Los resultados de nuestro estudio proporcionan un punto de partida para que Brasil compare sus políticas y su rendimiento de gestión con otros países, además de reevaluar las estrategias existentes para mejorar la eficiencia de las prácticas llevadas a cabo con los animales abandonados en los refugios e instituciones de adopción.

**Palabras clave:** Albergue de animales; Brasil; Políticas de salud pública.

## 1. Introdução

O convívio do ser humano com cães e gatos é um fenômeno de caráter global e configura-se como um dos mais estreitos e intensos vínculos entre espécies, sendo os animais de estimação uma importante fonte de afeto e apego, e que, atualmente, são vistos como membros da família, determinando um novo conceito de pluralismo familiar denominado “família multiespécie” (Albert & Bulcroft, 1998; Faraco, 2008; Belchior & Dias, 2020). No entanto, pela quebra no vínculo humano-animal (Nathanson, 2009; Hammerschmidt & Molento, 2014) e causas múltiplas relacionadas a fatores religiosos, culturais e socioeconômicos (Garcia et al., 2012; Voslarva & Passantino, 2012), milhões de cães e gatos são abandonados em todo o mundo a cada ano. O abandono de animais de estimação é um grave problema para todas as administrações e órgãos de saúde pública (Bernete Perdomo et al., 2021), tanto por questões de saúde e segurança pública (Fico, 1994; Patronek, 1998; Butcher, 1999; Slater et al., 2008; Fahrion et al., 2017), pelo comprometimento no bem-estar do animal (Rowan, 1992; Turner et al., 2012; Hammerschmidt & Molento, 2014), e pelo impacto ecológico (Filz et al., 2018; Salgado, 2018; Cuthbert et al., 2019), quanto por questões econômicas devido ao grande custo para o setor público e privado nos cuidados desses animais não-domiciliados (Yarmoska, 2014; Fatjó et al., 2015).

Em geral, nos países em desenvolvimento, muitos cães e gatos são abandonados e tornam-se parte de uma população em situação de rua, enquanto nos países desenvolvidos são geralmente levados para abrigos de animais (Voslarva & Passantino, 2012). A quantidade da população de cães e gatos em situação de rua em todo o mundo é desconhecida, entretanto as evidências sugerem que os números estão aumentando em muitos países (Ginson et al., 2002; Wallace & Levy, 2006; Voslarva & Passantino, 2012). No Brasil, números levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e atualizados pela inteligência comercial do Instituto Pet Brasil (IPB), em 2018, apurou a existência de 370 organizações não-governamentais (ONGs) atuando na proteção animal, em que tutelam mais de 172 mil animais, sendo 165.200 (96%) cães e 6.883 (4%) gatos (IPB, 2019). Para diminuir o número de animais em situação de rua é necessário o desenvolvimento de políticas públicas e privadas que reduzam o abandono de animais de estimação e promovam a adoção, ou seja, é preciso realizar um adequado e complexo manejo populacional de cães e gatos (MPCG), o que inclui a participação do poder público, das associações protetoras e da população (Garcia et al., 2012).

Dentro das estratégias de um programa de manejo populacional nos municípios, é importante compreender que os abrigos de animais são parte integrante com o intuito de recuperar os animais abandonados e reintroduzi-los na sociedade por meio da adoção (Souza, 2016; Garcia, 2019; Galdioli et al., 2021), entretanto não resolvem a fonte do problema que é a presença desses nas ruas e nem do abandono (ICAM, 2019). No Brasil, a Medicina de Abrigos é uma área ainda incipiente e desafiadora para os médicos-veterinários e para os trabalhadores que estão na prática diariamente pois exige um conhecimento multidisciplinar, é pouco difundida no país e tem pouca visibilidade e fomento de recursos. É um assunto que depende de diversos fatores externos associado à cultura e educação da sociedade, aos valores éticos e políticas públicas. A maior dificuldade dos médicos-veterinários que trabalham nessa área é gerenciar o manejo da saúde no coletivo, prestando assistência

médica de qualidade para garantir que os animais, individualmente, estejam física e mentalmente saudáveis. Para isso, devem ter conhecimentos de gestão, políticas internas, arquitetura (parte estrutural), programas preventivos (protocolos de imunização, controle de parasitas, limpeza); manejo nutricional; enriquecimento ambiental e etologia (avaliação, reconhecimento dos problemas e tratamento comportamental); gerenciamento de recursos humanos e de protocolos relativos a possíveis surtos, além de entender de fluxogramas e das estratégias de entrada e saída dos animais (Garcia, 2019). Ela também envolve o controle de zoonoses, o manejo populacional canino e felino, a bioética e o gerenciamento de recursos humanos, entre outros importantes assuntos relacionados à profissão da medicina veterinária com enfoque na saúde única (Galdioli et al., 2020).

Para progredir nessas áreas de manejo da população, diminuição do abandono e medicina de abrigos, dados baseados em pesquisas e estatísticas nacionais representativas são cruciais para o desenvolvimento de políticas públicas e privadas que reduzam o abandono de animais de estimação e promovam a adoção (Fatjó et al., 2015). Atualmente, no Brasil, não existe um sistema nacional ou estadual para o monitoramento contínuo do número de admissões e saídas de cães e gatos em abrigos e seus resultados. Essa falta de informações significativas e dados oficiais consistentes torna impossível avaliar a eficácia das estratégias existentes para lidar com essas questões (Lawrie et al., 2006). Dessa maneira, compreender o perfil e as necessidades dos animais abandonados dentro de uma comunidade, conhecer números precisos sobre a dinâmica populacional, a taxa de abandono e a taxa de realocação de cães e gatos que entram nos abrigos anualmente, e as políticas internas e externas dos abrigos são extremamente necessários. O acesso a estatísticas e indicadores de desempenho precisos e abrangentes ajudaria na identificação dos pontos fortes e fracos das estratégias de manejo existentes de cães e gatos abandonados e que estão em situação de rua (Rowan, 1992), facilitando a alocação eficaz de recursos no governo e em organizações de bem-estar animal (Bernete Perdomo et al., 2021).

A maioria das organizações de abrigo tem objetivo comum de tentar reunir os tutores com os animais de estimação perdidos, realocar animais sem tutor e fornecer abrigo e cuidados para uma população vulnerável (Turner et al., 2012). Entretanto, as problemáticas dos abrigos de animais são inúmeras, desde falta de conhecimento, até falta de correto planejamento e gestão (Newbury et al., 2010). Isso pode refletir em diversas situações negativas aos animais, privando-os de uma adequada saúde física e mental. Além disso, o desconhecimento do número real de instituições atuando em prol do resgate e adoção dos animais, além da falta de dados das políticas internas e externas instituídas dificulta a compreensão da realidade sobre o perfil da população de cães e gatos alojados em abrigos, bem como na implementação de protocolos e procedimentos para garantir a saúde e bem-estar de animais abrigados. Dessa maneira, o objetivo dessa pesquisa foi avaliar o perfil dos abrigos brasileiros em relação as suas políticas internas e externas com o intuito de compreender a realidade dessa temática no Brasil, para, assim, incentivar a construção de políticas públicas voltadas a redução no número de animais abandonados, melhorar o número e a qualidade das adoções, profissionalizar a ciência da medicina de abrigos no país, garantir um bem-estar único e uma maior conscientização da população.

## **2. Metodologia**

Os dados sobre as políticas externas e internas dos abrigos foram coletados através de um formulário online aplicado como pré-requisito para realização do curso de extensão intitulado “Curso de Capacitação em Medicina de Abrigos”, elaborado em formato de educação à distância (EAD) e realizado no período de 5 de julho a 12 de setembro de 2021 pela plataforma UFPR-Virtual da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Foram disponibilizadas 554 vagas para médicos-veterinários, gestores e funcionários que atuavam em abrigos públicos, privados ou mistos. Devido ao grande número de inscrições recebidas (1.866 inscrições), foi necessário realizar uma seleção dos participantes que ocorreu de acordo com a ordem cronológica de inscrição por meio da plataforma Google

Formulários e a verificação se o inscrito trabalhava de forma direta ou indireta em algum abrigo de animal (privado, público ou misto), visto que grande parte eram simpatizantes do tema, mas não atuantes. Os selecionados deveriam preencher um questionário como pré-requisito para confirmação da vaga no prazo estabelecido, do qual eram extraídas as informações para avaliar o perfil dos abrigos sobre as políticas externas e internas. Aqueles que não cumpriram a etapa do questionário foram substituídos pelos inscritos da lista de espera, sendo realizado três chamamentos dessa lista, até completar o número de vagas disponibilizadas.

O questionário foi disponibilizado na mesma plataforma da inscrição para extrair os dados dos abrigos e era dividido em seis blocos: (1) caracterização do abrigo e política externa; (2) identificação dos animais e recepção; (3) estrutura física do abrigo; (4) manejo preventivo; (5) surtos e doenças; (6) saída e adoção de animais, composto por 68 questões no total. Antes do preenchimento foi exigido o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual explicava os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa.

O curso foi composto por 10 módulos, ocorrendo um por semana. A primeira semana foi destinada a ambientação dos participantes com a plataforma utilizada e as duas últimas semanas destinaram-se a realização da avaliação final do curso. As aulas foram ministradas por profissionais nacionais e internacionais renomados da área, fazendo uso de diferentes recursos didáticos como videoaulas, discussões de textos, atividades extras, avaliações e material complementar. A carga horária total do curso foi distribuída em 4 horas por módulo, totalizando 40 horas.

Nos casos que tivessem mais de um questionário do mesmo abrigo, ou seja, vários participantes de um mesmo abrigo, foi elegida apenas uma resposta do questionário para a inclusão nos dados dessa pesquisa seguindo os seguintes critérios: 1) por cargo do colaborador no abrigo, sendo prioritário o gestor, em seguida o médico-veterinário, funcionário contratado e, por último, funcionário voluntário; 2) caso possuísse apenas pessoas com o mesmo cargo, foi priorizado quem assinalou a resposta “sim” para a pergunta “você é responsável pelo abrigo ou pessoa por ele designada para responder essa pesquisa?”; 3) caso existisse apenas pessoas com o mesmo cargo e mais de uma assinalou a resposta “sim” para a pergunta acima ou todas responderam “não”, a escolha do questionário respondido para incluir os dados na pesquisa foi realizada de modo aleatória.

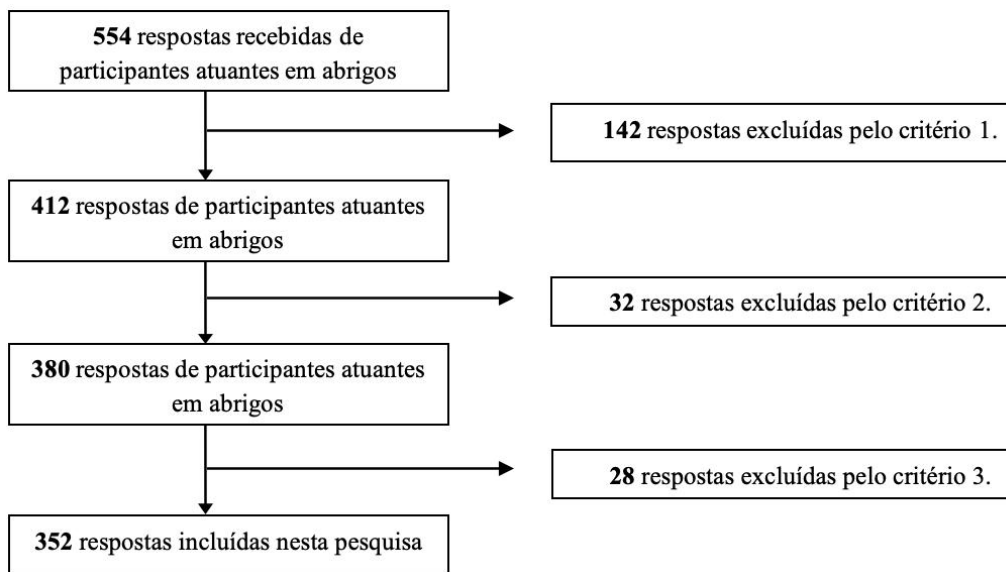
As respostas foram organizadas em planilhas de Excel®. O presente trabalho usou como metodologia a análise de dados quantitativos e, em seguida, foi realizada uma análise descritiva a partir dos dados obtidos por meio da determinação das frequências absoluta e relativa, conforme metodologia descrita em Pereira et al. (2018).

O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, parecer nº 4.352.075 em outubro de 2020.

### **3. Resultados**

O número de participantes nessa pesquisa totalizou 554 pessoas, entretanto, 202 respostas foram excluídas seguindo os critérios de exclusão para ter apenas os dados de uma resposta por abrigo (Figura 1). Dessa forma, o número de dados considerados nesse estudo totalizou 352 abrigos, sendo os resultados apresentados por divisão em blocos.

**Figura 1:** Diagrama de fluxo demonstrando o processo de seleção das respostas dos colaboradores dos abrigos a serem consideradas nesse estudo.

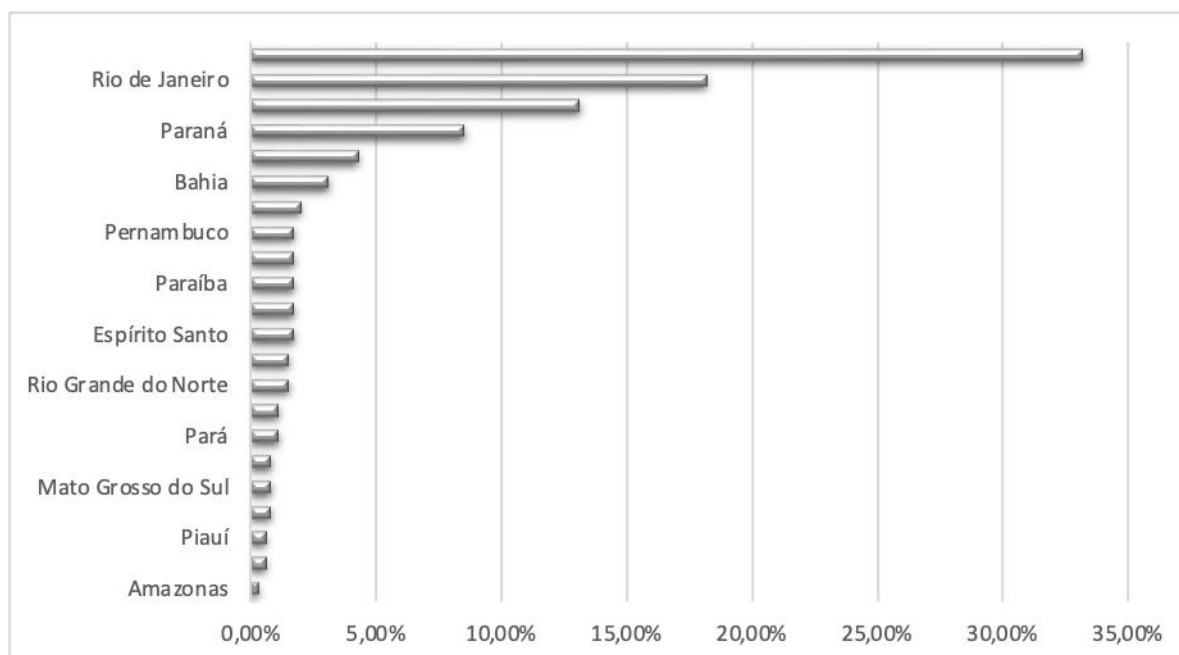


Fonte: Autores (2022).

#### Bloco 1 – Caracterização do Abrigo e Políticas Externas

Dos 352 abrigos participantes, a maioria deles tem sua natureza como abrigo particular (67,9%; 239/352), seguida pelos abrigos públicos (23,6%; 83/352) e mistos (8,5%; 30/352), sendo que 57,7% (203/352) dos abrigos possuem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Houve representação de abrigos das cinco regiões do Brasil e de 22 estados, predominando o estado de São Paulo (33,2%; 117/352) conforme mostra o Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Abrigos participantes de acordo com o Estado.



Fonte: Autores (2022).

Quanto às políticas externas aos abrigos participantes, a maioria relatou que em seu município existe política pública relacionada ao controle reprodutivo dos animais (castração) (68,5%; 241/352); à vacinação gratuita aos animais somente contra a raiva e não para doenças espécie-específicas (68,7%; 242/352); e a eventos que auxiliem na adoção dos animais (como feiras de adoção, por exemplo) (56,8%; 200/352). Em contrapartida, a maioria dos abrigos retrataram não existir em seu município políticas públicas para o registro e identificação dos animais (53,7%; 189/352); em programas educativos voltados à educação humanitária, guarda responsável e bem-estar dos animais (63,1%; 222/352); para o resgate de animais de rua que sofreram maus-tratos/estão lesionados (49,7%; 175/352); e para atendimento clínico de animais para pessoas em vulnerabilidade ou que possuem algum benefício do governo (55,7%; 196/352) (Tabela 1).

**Tabela 1:** Representação das perguntas e respostas referente as políticas externas pelos abrigos participantes.

	n	%
<b>No município do seu abrigo existe política pública para o controle reprodutivo dos animais (castração)?</b>		
Sim	241	68,5%
Não	89	25,3%
Não sei informar	22	6,2%
<b>No município do seu abrigo existe política pública para o registro e identificação dos animais?</b>		
Não	189	53,7%
Sim	122	34,7%
Não sei informar	41	11,6%
<b>No município do seu abrigo existe política pública para vacinação gratuita aos animais contra a raiva e doenças espécie-específicas?</b>		
Sim, somente para raiva	242	68,8%
Não	67	19%
Sim, para raiva e doenças espécie-específicas	22	6,3%
Não sei informar	17	4,8%
Sim, somente para doenças espécie-específicas	4	1,1%
<b>No município do seu abrigo existe política pública em programas educativos voltados à educação humanitária, guarda responsável e bem-estar dos animais?</b>		
Não	222	63,1%
Sim	75	21,3%
Não sei informar	55	15,6%
<b>No município do seu abrigo existe política pública ou eventos que auxiliem na adoção dos animais (como feiras de adoção, por exemplo)?</b>		
Sim	200	56,8%
Não	127	36,1%
Não sei informar	25	7,1%
<b>No município do seu abrigo existe política pública para resgate de animais de rua que sofreram maus-tratos/estão lesionados?</b>		
Não	175	49,7%
Sim	137	38,9%
Não sei informar	40	11,4%
<b>No município do seu abrigo existe política pública para atendimento clínico de animais para pessoas em vulnerabilidade ou que possuem algum benefício do governo?</b>		
Não	196	55,7%
Sim	113	32,1%
Não sei informar	43	12,2%

Fonte: Autores (2022).

## Bloco 2 – Identificação dos Animais e Recepção

Do total dos abrigos, 60,2% (212/352) possuíam um protocolo de resgate e recebimento dos animais no abrigo. A maior parcela deles realizava uma triagem clínica (82,7%; 291/352) e avaliação do comportamento (79,5%; 280/352) nos animais que chegavam no abrigo. Houve uma predominância dos abrigos que não realizavam um registro de entrada dos animais por meio de *software* ou sistema de computador (57,7%; 203/352) e não identificavam os animais com coleiras e plaquetas ou microchips (56,5%; 199/352), entretanto a maioria possuía prontuário clínico individual dos animais (62,2%; 219/352).

Em relação às espécies abrigadas, a maioria alojava em sua instalação cães e gatos (64,5%; 227/352) em detrimento de somente cães ou somente gatos. Quanto à quantidade de animais alojados no momento da pesquisa, a maioria deles abrigava até 50

cães (39,2%; 138/352) e até 50 gatos (46,6%; 164/352). Mensalmente, o número médio de animais admitidos na maior parte deles é até 10 cães (44,3%; 156/352) e até 10 gatos (36,6%; 129/352) (Tabela 2).

**Tabela 2:** Demonstração das espécies abrigadas e admitidas pelos abrigos participantes.

	n	%
<b>Quais espécies são abrigadas?</b>		
Canina	78	22,2%
Felina	47	13,3%
Ambas	227	64,5%
<b>Assinale o número total de cães, incluindo filhotes, no momento da pesquisa:</b>		
Não possuía cães	47	13,4%
Até 50	138	39,2%
Entre 50 e 100	70	19,9%
Entre 100 e 200	46	13,1%
Entre 200 e 300	13	3,7%
Entre 300 e 500	9	2,5%
Acima de 500	9	2,5%
Não sei	20	5,7%
<b>Assinale o número total de gatos, incluindo filhotes, no momento da pesquisa:</b>		
Não possuía gatos	78	22,1%
Até 50	164	46,6%
Entre 50 e 100	58	16,5%
Entre 100 e 200	24	6,8%
Entre 200 e 300	2	0,6%
Entre 300 e 500	7	2%
Acima de 500	2	0,6%
Não sei	17	4,8%
<b>Qual o número médio de cães admitidos (que o abrigo recebe) mensalmente:</b>		
Não possuía cães	47	13,4%
Até 10 cães por mês	156	44,3%
Entre 10 e 20 cães por mês	39	11,1%
Entre 20 e 30 cães por mês	16	4,5%
Entre 30 e 50 cães por mês	7	2%
Acima de 50 cães	3	0,8%
Não sei	34	9,7%
O abrigo não admite mais cães	50	14,2%
<b>Qual o número médio de gatos admitidos (que o abrigo recebe) mensalmente:</b>		
Não possuía gatos	78	22,1%
Até 10 gatos por mês	129	36,6%
Entre 10 e 20 gatos por mês	37	10,5%
Entre 20 e 30 gatos por mês	11	3,1%
Entre 30 e 50 gatos por mês	3	0,8%
Acima de 50 gatos	4	1,1%
Não sei	36	10,2%
Não admitia mais gatos	55	15,6%

Fonte: Autores (2022).

### Bloco 3 – Estrutura Física do Abrigo

Em relação a estrutura física dos abrigos, a maior parte deles possuía área de quarentena (62,5%; 220/352), área de isolamento (60,5%; 213/352), área para sala de atendimento/enfermaria (55,7%; 196/352), área específica para armazenar os produtos de limpeza (87,5%; 308/352) e um local específico para a lavanderia (65,9%; 232/352), entretanto, 73% (257/352) não possuíam bloco cirúrgico. É importante destacar que, dos 95 abrigos que apresentaram um bloco cirúrgico, 47,4% (45/95) eram abrigos públicos, 45,2% (43/95) particulares e 7,4% (7/95) mistos. Além disso, pouco acima da metade dos abrigos participantes separavam as suas áreas em limpas e contaminadas (50,3%; 177/352).

Com relação as instalações dos animais, as respostas foram diversificadas sobre os tipos de baias, visto que muitos possuíam várias classificações em uma mesma instalação, sendo a maior parcela de abrigos com baias entre 3 e 10 animais (50,1%; 176/352), 42,9% (151/352) tinham em seu espaço baias coletivas com até 3 animais, 41,5% (146/352) baias individuais e 19% (69/352) baias

coletivas com mais de 10 animais. A maior parte deles com 73% (257/352) possuíam solário (local externo junto às baias) para os animais e 70,7% (249/352) uma área de socialização/lazer além das baias e solários.

#### Bloco 4 – Manejos Preventivos

Foi avaliado nos abrigos participantes práticas relacionadas aos manejos preventivos, como a vacinação, vermifugação, esterilização, avaliação comportamental e limpeza (Tabela 3). Dos 352 abrigos participantes, maioria deles realizavam a vermifugação (50,6%, 178/352) e 39,5% (139/352) o controle de ectoparasitas dos animais na admissão e periodicamente; 82,1% (289/352) efetuavam a esterilização cirúrgica dos animais durante a permanência no abrigo; 70,8% (216/305) dos abrigos que abrigavam cães e 67,5% (185/274) dos que abrigavam gatos realizavam a avaliação comportamental; 54,8% (193/352) dos abrigos executavam a limpeza com água, detergente e desinfetante separadamente.

Em relação as vacinas, 94,7% (289/305) dos abrigos com cães e em 87,6% (240/274) dos abrigos com gatos realizavam a vacinação, entretanto a maioria dos abrigos que vacinavam, tanto para os abrigos de cães (54,3%; 157/289) quanto os que abrigam gatos (124/240) indicaram realizar em momentos variáveis durante a estadia do animal. Sobre as vacinas aplicadas dos que realizavam a vacinação dos animais, 83,7% (267/319) usavam vacinas polivalentes (V8 e/ou V10 para cães, e a V3/V4 e/ou V5 para gatos); 80,6% (257/319) a vacina antirrábica; 59,2% (189/319) adotavam a prática de vacinar somente animais saudáveis; 13,8% (44/319) vacinavam todos os animais, independente do estado de saúde; 45,5% (145/319) seguiam o protocolo de vacinar os animais com duas a três doses com intervalos de 3 a 4 semanas. Dos abrigos que realizavam a vacinação, 41,1% (131/319) armazenavam as vacinas em geladeira comum, mas com o controle da temperatura; 25,4% (81/319) em geladeiras próprias para vacinas; 24,5% (78/319) em geladeira comum, porém sem o controle da temperatura; 9,1% (29/319) não realizavam o armazenamento das vacinas no abrigo (Tabela 3).



**Tabela 3:** Perfil dos abrigos brasileiros participantes quanto aos manejos preventivos relacionados às vacinas, vermífugo e limpeza.

	n	%
<b>Os cães são vacinados no abrigo?</b>		
Não há cães no abrigo	47	13,4%
Sim, em momentos variáveis durante a estadia do animal no abrigo	157	44,6%
Sim, durante o período em que está na quarentena	51	14,5%
Sim, no momento da admissão/entrada	42	11,9%
Sim, quando recebem vacinas de doação, sem protocolo específico	26	7,4%
Não	18	5,1%
Sim, no momento da adoção	11	3,1%
<b>Os gatos são vacinados no abrigo?</b>		
Não há gatos no abrigo	78	22,2%
Sim, em momentos variáveis durante a estadia do animal no abrigo	124	35,2%
Sim, durante o período em que está na quarentena	50	14,2%
Não	34	9,6%
Sim, no momento da admissão/entrada	32	9,1%
Sim, quando recebem vacinas de doação, sem protocolo específico	21	6%
Sim, no momento da adoção	13	3,7%
<b>Se o seu abrigo realiza vacina nos animais, quais vacinas são realizadas?*</b>		
Não realiza vacina	33	9,4%
Vacina múltipla/polivalente (V8/V10 – cães); Tríplice, Quádrupla ou Quíntupla (V3/V4/V5 - gatos)	267	75,8%
Vacina antirrábica	257	73%
Vacina contra Traqueobronquite Infecciosa dos cães (“Tosse dos Canis”) - <i>Bordetella bronchiseptica</i>	32	9,1%
Não sei	13	3,7%
Outras	3	0,8%
Vacina contra Giárdia	1	0,3%
<b>Se realiza vacina, qual o protocolo é realizado?*</b>		
Não realiza vacina dos animais	33	9,4%
Vacina somente animais saudáveis	189	53,7%
Vacina os animais em 2 a 3 doses com intervalos de 3 a 4 semanas	145	41,2%
Vacina os animais em apenas 1 dose	79	22,4%
Vacina todos os animais, independente do estado de saúde do animal	44	12,5%
<b>Se realiza vacina, tem um local para armazenar?</b>		
Não realiza vacina	33	9,4%
Armazena em geladeira comum com controle da temperatura (termostato)	131	37,2%
Armazena em geladeira própria para vacinas	81	23%
Armazena em geladeira comum sem controle da temperatura (termostato)	78	22,2%
Não realiza armazenamento no abrigo	29	8,2%
<b>Os animais são vermifugados no abrigo?</b>		
Sim, na admissão e periodicamente	178	50,6%
Sim, periodicamente	105	29,8%
Sim, no momento da admissão	52	14,8%
Não	17	4,8%
<b>Os animais recebem medicamentos para controle de ectoparasitas (pulgas, carrapatos, sarnas p. ex.)?</b>		
Sim, na admissão e periodicamente	139	39,5%
Sim, periodicamente	121	34,4%
Sim, no momento da admissão	71	20,1%
Não	21	6%
<b>Os animais são submetidos a esterilização/controle reprodutivo cirúrgico durante a sua permanência no abrigo?</b>		
Sim	289	82,1%
Algumas vezes sim, outras não	56	15,9%
Não	7	2%
<b>O abrigo faz avaliação comportamental dos cães?</b>		
Sim	216	61,3%
Não	75	21,3%
Não há cães no abrigo	47	13,4%
Não sei	14	4%
<b>O abrigo faz avaliação comportamental dos gatos?</b>		
Sim	185	52,6%
Não	79	22,4%
Não há gatos no abrigo	78	22,2%
Não sei	10	2,8%
<b>O abrigo possui um protocolo de limpeza?</b>		
Sim, a limpeza é feita com água, detergente e desinfetante separadamente	193	54,8%
Sim, a limpeza é feita com água, detergente e desinfetante misturados	65	18,5%
Sim, a limpeza é feita com água e desinfetante	59	16,8%
Não	17	4,8%

Sim, a limpeza é feita com água e detergente	15	4,3%
Sim, a limpeza é feita com água	3	0,8%

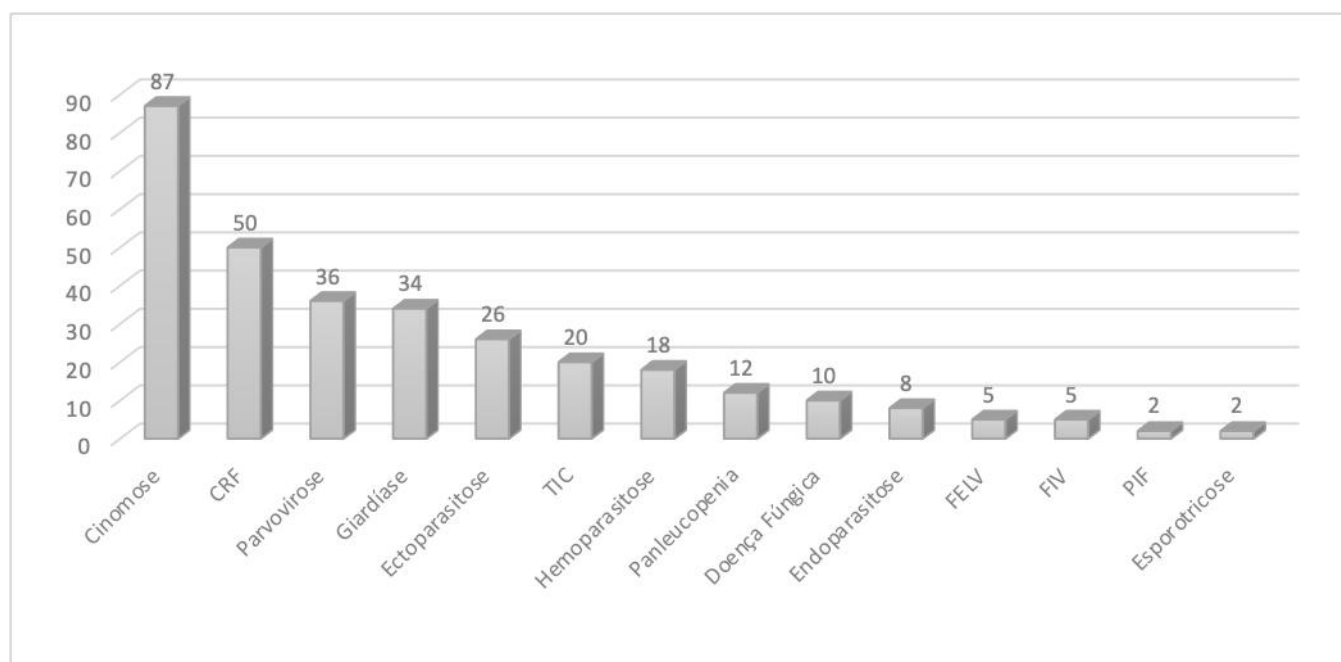
Nota: \*pode marcar mais de uma opção. Fonte: Autores (2022).

### Bloco 5 – Surto e Doenças

Do total de abrigos participantes, 64,2% (226/352) tinham médico-veterinário responsável, entretanto, grande parte deles não realizava rondas para avaliação dos animais diariamente (53,5%; 121/226); 65,1% (229/352) possuíam um protocolo para descarte de resíduos e 84,4% (297/352) não possuíam um protocolo de contingência em caso de desastre ambiental.

Em relação às doenças infecciosas, 55,4% (195/352) dos abrigos possuíam um protocolo para o enfrentamento de surtos e 54,3% (191/352) já indicaram ter episódios de surtos. Desses que já tiveram surtos de doenças infecciosas, apenas 37,7% (72/191) tinham protocolos pré-definidos para controlá-los e 96,9% (185/191) descreveram quais doenças estavam envolvidas, sendo a cinomose (47%; 87/185) e o complexo respiratório felino (27%; 50/185) as mais frequentes (Gráfico 2). No momento da pesquisa, dos abrigos que responderam à questão optativa sobre a quantidade de animais apresentando sinais clínicos no momento da pesquisa, 57,4% retrataram possuir até cinco cães (89/155) e 44,4% até cinco gatos (68/153).

**Gráfico 2:** Representação das doenças que já provocaram surtos em parte dos abrigos participantes.



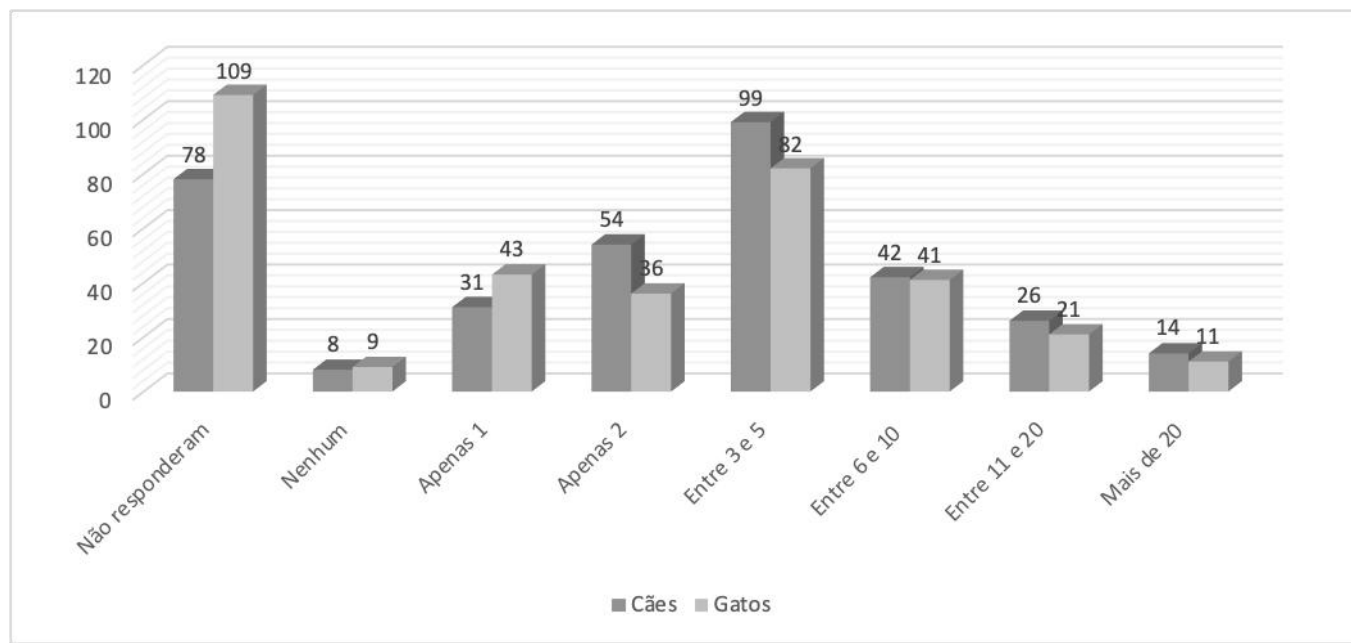
NOTA: CRF = Complexo Respiratório Felino; FELV = Vírus da Leucemia Felina; TIC = Traqueobronquite Infecciosa Canina; FIV = Vírus da Imunodeficiência Felina; PIF = Peritonite Infecciosa Felina. Fonte: Autores (2022).

A média do número de mortes por causas naturais ou por alguma doença mensalmente nos abrigos respondentes foi registrada pela maioria apenas um cão (41,2%; 54/131) e apenas um gato (41,7%; 48/115). Quando questionado sobre a média do número de eutanásias realizadas mensalmente, maior parte deles respondeu que em cães realizam apenas uma (29,3%; 22/75), seguido de entre três e cinco (25,3%; 19/75), e apenas duas (18,7%; 14/75); para os gatos foram observados que, dos abrigos respondentes, a média de eutanásias realizadas pela maioria é apenas uma por mês (45,4%; 20/44), seguido de apenas duas (27,3%; 12/44) e menos de uma (8/44; 18,2%).

### Bloco 6 – Número de Saída e Adoção de Animais

Com relação a adoção dos animais, 87,8% (309/352) realizavam o registro de saída; 36,1% (99/274) e 33,7% (82/243) respectivamente para cães e gatos, relataram a saída de três a cinco animais por mês (Gráfico 3). Grande parcela deles aceitavam visitas presenciais de famílias interessadas na adoção (87,2%; 307/352), apesar de 52,8% (162/307) desses não possuírem um local específico para a interação e socialização da família/pessoa com o animal interessado na adoção. Ainda, do total de abrigos participantes, um pouco mais da metade possui parceria com lares temporários (50,9%, 179/352).

**Gráfico 3:** Média de cães e gatos que são adotados mensalmente pelos abrigos participantes.



Fonte: Autores (2022).

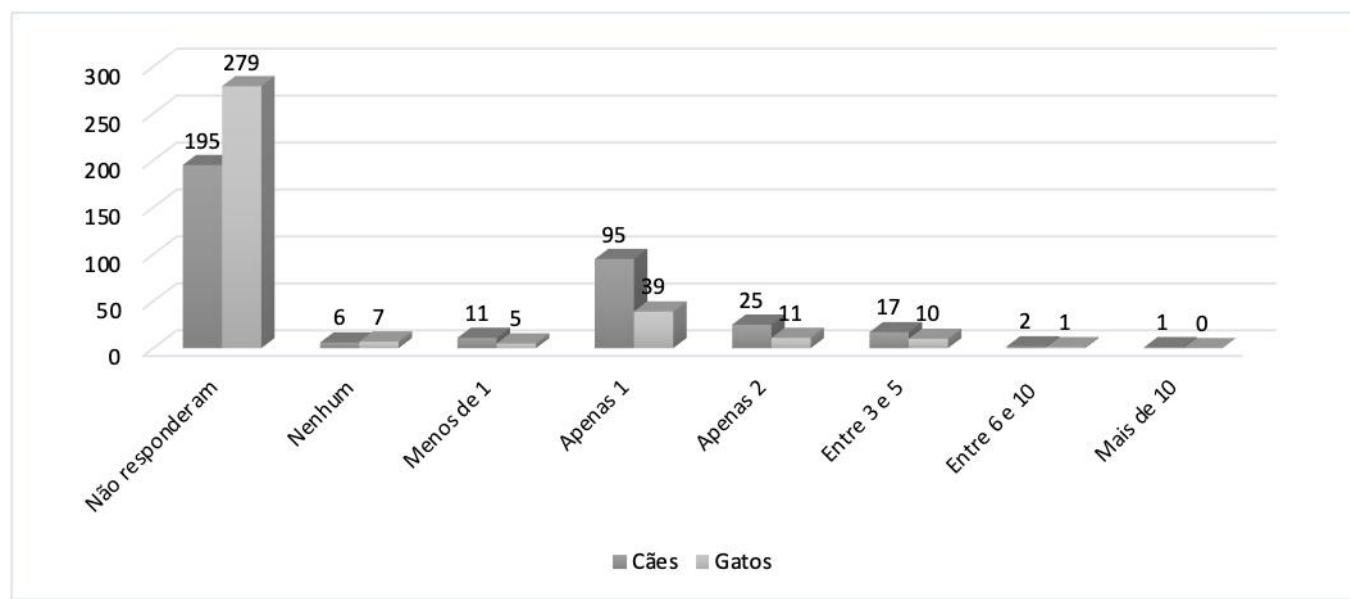
Quase totalidade dos abrigos (93,2%; 328/352) relataram usar as redes sociais para promover a adoção; 68,5% (241/352) por meio de indicações; 59,9% (211/352) pelo aplicativo WhatsApp e 59,4% (209/352) por meio de eventos de adoções. O monitoramento dos animais que foram adotados é executado por 78,1% (275/352) dos abrigos, sendo realizado predominantemente através de fotos e vídeos pelo aplicativo WhatsApp (90,9%, 250/275) e por visitas presenciais (51,6%, 142/275), feito majoritariamente de forma espontânea, sem controle da frequência (70,5%; 194/275) (Tabela 4). A média mensal de devolução aos abrigos respondentes foram retratados na maioria deles em apenas um cão (60,5%; 95/157) e apenas um gato (53,4%; 39/73) (Gráfico 4).

**Tabela 4:** Perfil dos abrigos brasileiros participantes relacionados a adoção dos animais.

	n	%
<b>O abrigo promove a adoção dos animais abrigados por meio de:*</b>		
Redes Sociais	328	93,2%
Eventos/Feiras de Adoção	209	59,4%
Por WhatsApp	211	59,9%
Por indicações	241	68,5%
Não promove a adoção dos animais abrigados. Eles são mantidos até o final de suas vidas.	6	1,7%
<b>O abrigo realiza o controle e monitoramento dos animais já doados?</b>		
Sim	275	78,1%
Não	77	21,9%
<b>Se o abrigo realiza controle e monitoramento dos animais doados, como é feito?*</b>		
Não realiza o controle e monitoramento	72	20,5%
Realiza por chamada telefônica	91	25,8%
Realiza por fotos e vídeos por WhatsApp	250	71%
Realiza por vídeo chamada	50	14,2%
Realiza por visitas presenciais	142	40,3%
<b>Se o abrigo realiza controle e monitoramento dos animais adotados, qual é a frequência?*</b>		
Monitoramento semanal	43	12,2%
Monitoramento mensal	92	26,1%
Até 3 vezes no semestre	49	13,9%
Monitoramento semestral	42	11,9%
Monitoramento anual	22	6,2%
Monitoramento espontâneo, de vez em quando sem controle da frequência	194	55,1%

NOTA: \*pode marcar mais de uma opção. Fonte: Autores (2022).

**Gráfico 4:** Média de cães e gatos que são devolvidos mensalmente pelos abrigos participantes.



Fonte: Autores (2022).

#### 4. Discussão

Este é o primeiro estudo brasileiro de que temos conhecimento com o intuito de avaliar o perfil dos abrigos de animais quanto as suas políticas externas e internas. Este estudo apresentou uma representatividade de todo o território nacional, entretanto é importante ressaltar a alta concentração de dados de abrigos participantes oriundos da região sudeste do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Pet Brasil, em 2018, foram contabilizados no país a existência de 370 organizações não-governamentais (ONGs) atuando na proteção animal, sendo 46% da região Sudeste, seguida pelas regiões Sul (18%), Nordeste (17%), Norte (12%) e, por fim, Centro-Oeste (7%) (IPB, 2019). No presente estudo foi visto uma adesão

maior também das regiões Sudeste, Sul e Nordeste, entretanto observou uma participação maior da região centro-oeste em relação a região Norte.

É importante considerar que os abrigos individuais incluídos na pesquisa, apesar de alguns estados apresentarem um número significativo, não são necessariamente representativos de todos os abrigos presentes no país, ainda mais por não haver estudos parecidos para comparação de dados. No entanto, a partir dos resultados apresentados é possível compreender mais acerca da representação dos abrigos brasileiros em relação as suas práticas, a fim de entender a realidade dessa temática no país e os pontos críticos, para, assim, incentivar a construção de políticas públicas úteis e eficazes para a redução do número de animais abandonados, melhorar o número e a qualidade das adoções, profissionalizar a ciência da medicina de abrigos no país, garantir um bem-estar único e uma maior conscientização da população. Além disso, outros abrigos em outros lugares podem se beneficiar dessas informações compartilhadas ao formular suas próprias políticas.

O Instituto Pet Brasil (2018) apurou que o Brasil possui 172.083 animais abandonados sob a tutela das 370 ONGs e grupos de protetores, sendo 165.200 (96%) cães e 6.883 (4%) gatos. Também levantaram informações sobre a capacidade de acolhimento das ONGs classificando-as em pequeno porte (conseguem abrigar até 100 animais), médio porte (de 101 a 500) e de grande porte (abrigam mais de 501 animais). Segundo os dados, os abrigos de médio porte são responsáveis por mais de 52% da população de pets disponíveis para adoção (IPB, 2019). No presente estudo, foram encontrados resultados diferentes, em que grande parte dos abrigos participantes tutelavam ambas as espécies e com capacidade de até 50 animais, seguido dos abrigos que concentravam seu número de alojamento entre 50 e 100 animais, e minoria acima de 100 animais. A capacidade de acolhimento no presente estudo foi realizada a partir do número de animais alojados estimados pelos abrigos no momento da pesquisa, entretanto, não significa que é a real capacidade do abrigo em prover os cuidados necessários mínimos para aquela quantidade de animais alojados.

Em relação ao registro dos animais no momento da admissão, 57,3% dos abrigos não realizavam registro da entrada dos animais em um software ou sistema de computador e nem identificavam os animais; achados de Cuglovici e Amaral (2021), indicaram uma taxa de 84,2% (16/19) que não tinham essa prática dos abrigos estudados nos municípios das mesorregiões sul e sudoeste de Minas Gerais, Brasil. O registro dos dados na entrada, bem como um banco de dados consistente com as principais informações sobre a dinâmica populacional no abrigo deve fazer parte das políticas internas e dos programas preventivos, pois a análise dos dados subsidia a implementação dos protocolos e na identificação de pontos críticos de todo o sistema e fluxo do abrigo, além de ser uma maneira para estimar o número de animais abandonados, utilizado em diversos estudos internacionais. Em todo o mundo, o número de animais abandonados é subestimado (Rowan, 1992; Patronek et al., 1995; Clancy & Rowan, 2003; Turner et al., 2012; Fatjó et al., 2015; Chua et al., 2017), pois incluem apenas animais que entram em abrigos governamentais e não governamentais. Nos Estados Unidos existem 3.500 abrigos para animais e 3,3 milhões de cães e 3,2 milhões de gatos são admitidos nos abrigos a cada ano (HSUS, 2020); na Espanha 162.000 cães e 124.000 gatos foram abandonados a partir de uma análise de 428 sociedades de proteção, câmaras e conselhos municipais (Fatjó, 2021); no Reino Unido, foram estimados 131.070 cães e 129.743 gatos entregues em organizações de bem-estar animal no ano de 2009 (Clark et al., 2012), na Austrália, 211.655 cães foram admitidos em organizações de bem-estar animal em 2012 e 2013, equivalente a uma estimativa de 9,3 admissões de cães por 1.000 residentes (Chua et al., 2017) e no Canadá aproximadamente 60.000 cães e 20.000 gatos em 2020 (Humane Canada, 2020).

Nessa pesquisa, apenas 21% dos abrigos afirmaram identificar sempre os animais por meio do microchip ou coleira com identificação. Os microchips são uma das principais estratégias para prevenir o abandono de cães e gatos, uma importante forma de identificação, facilitando a reintrodução de cães e gatos perdidos com seus tutores (Lord et al., 2009; Fatjó et al., 2015). Além disso, reduz o tempo da equipe do abrigo em localizar os tutores, diminuindo assim o tempo de permanência e os custos do abrigo por animal (Lancaster et al., 2015). O principal fator que influencia a probabilidade de um animal perdido, que esteja na rua, de ser devolvido ao tutor é ele possuir alguma forma de identificação como microchip, coleira e etiqueta com os detalhes de contato do proprietário ou registro em alguma instituição (Lord et al., 2007; Lord et al., 2009; Lancaster et al., 2015). Estudo espanhol indicou

que a identificação com microchip aumentou em três vezes as chances do animal ser devolvido ao seu tutor (Fatjó et al., 2015); pesquisa americana retratou que cães microchipados tiveram 2,5 vezes mais chance de serem recuperados (Lord et al., 2009) e um estudo australiano retratou quase o dobro de chance quando compararam com cães não microchipados (Lancaster et al., 2015). No Brasil, não existe legislação sobre a identificação de cães e gatos, entretanto alguns estados e municípios possuem legislações com o registro e identificação compulsórios para o comércio de animais, adoção ou para os tutores. A principal lacuna desse tema, e que pode ser reflexo da baixa adesão dos abrigos em identificarem seus animais, é a ausência de medidas legais, educacionais e a falta de bancos de dados oficiais (estadual ou nacional) na promoção da adequada identificação de cães e gatos, garantindo a fiscalização do abandono e facilitando a reintrodução de animais perdidos aos seus tutores.

Essa pesquisa não teve o intuito de demonstrar e calcular a dinâmica populacional dos abrigos, ou seja, as taxas de entradas, saídas (adoção e mortes) e devoluções, principalmente por falta de registro e dados dos abrigos participantes. A falta de coleta precisa da população de cães e gatos alojados nos abrigos participantes, impossibilitou calcular a média dessas taxas, sendo uma das limitações do estudo. Entretanto, a maioria dos abrigos participantes registravam o número de saídas por meio das adoções. Mesmo a maioria dos abrigos respondentes relataram ter uma quantidade de devolução dos animais em apenas um cão e um gato por mês, e a média mensal de adoções ser majoritariamente entre três e cinco, tanto para cão quanto para gato, não foi calculado a taxa de adoção e devolução de animais, visto que as perguntas referentes a saída dos animais e devolução eram abertas e não obrigatórias, o que possibilitou que alguns abrigos não fornecessem essa informação. No entanto, segundo um estudo recente realizado em um abrigo municipal dos EUA, 9,2% (n=2.211) cães e 4,2% (n=559) dos gatos foram devolvidos ao abrigo de animais no prazo de seis meses após a adoção (Poerll et al., 2021), enquanto estudos mais antigos retratam uma taxa de devolução de cães entre 7% e 20% (Marston et al., 2004; Marston et al., 2005). A probabilidade de devolução pós-adoção está associada a uma série de características do tutor e do animal. Entretanto, estudos demonstram que, em cães, os problemas comportamentais são relatados como uma das principais razões (Marston et al., 2005; Shore, 2005; Bollen & Horowitz, 2008; Diesel et al., 2008; Mornement et al., 2012; Hawes et al., 2020); para gatos, Hawes et al., 2020, relataram que os principais motivos para o abandono estão relacionados mais ao tutor do que ao animal, como mudança, incapacidade de pagar pelos cuidados básicos e necessidades médicas do adotado; outros estudos indicaram que o comportamento do animal foi o motivo de retorno mais frequente, embora as alergias ao gato e às circunstâncias do tutor também tenham levado a uma série de adoções mal sucedidas (Neidhart & Body, 2002; Casey et al., 2009).

Mais de 78% dos abrigos realizavam o monitoramento desses animais pós-adoção, principalmente por meio de fotos e vídeos, por meio de aplicativo de comunicação do celular, apesar da maioria monitorar de forma espontânea, sem um controle da frequência. O monitoramento é importante pois sabe-se que os tutores que recebem conselhos comportamentais são menos propensos a desistir do animal do que aqueles que não recebem nenhum suporte, e, dessa forma, é uma estratégia chave para reduzir a taxa de devoluções (Marston & Bennet, 2003; Fatjó et al., 2015).

Quase metade dos abrigos não possuíam parceria com lares temporários (LTs), que servem como uma alternativa aos abrigos tradicionais e se apresentam como locais mais dinâmicos e comprometidos com a manutenção de bons níveis de bem-estar dos animais; esses espaços auxiliam no controle do número de animais nos centros de acolhimento, visto que escoar os animais abrigados é o maior desafio da administração de abrigos (Santos, 2015). Apesar da carência na literatura sobre a situação dos LTs no Brasil, um estudo demonstrou que eles oferecem, aos animais sob seus cuidados, principalmente a vacinação, tratamento para parasitas internos e externos além da castração. Porém, os custos representam um desafio em oferecer LT para mais da metade dos respondentes (Taraciuk et al., 2020). Apesar desse mesmo estudo indicar que o principal desafio para a maioria dos LTs ser em encontrar adotantes definitivos para os animais, um estudo que analisou dados de mais de vinte e um mil animais de um abrigo municipal do Arizona - EUA, constatou que há mais chances de adoção definitiva de um animal após ele passar por um LT, principalmente para os animais adultos e os não saudáveis, visto que 98,9% dos animais

que passaram por LTs em um intervalo de dois anos, foram adotados. A passagem por LT aumentou entre quatro e cinco vezes as chances de um animal sair do abrigo e em mais de vinte vezes as chances se for um cão adulto (Patronek & Crowel, 2018). Entretanto, este número pode superestimar a verdadeira taxa de saída desses cães que passaram por LTs, já que os autores também consideraram como saída a transferência para grupos de resgate e para um lar temporário, além da adoção.

O número de eutanásias realizadas pelos abrigos participantes respondentes se concentrou, principalmente, em apenas um animal mensalmente. No Brasil, a prática da eutanásia em cães e gatos de rua por órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos similares é proibida, exceto em casos de doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde humana e de outros animais (Brasil, 2021). Além disso, o controle de natalidade de cães e gatos em todo o território nacional deve ser mediante esterilização permanente por cirurgia, ou por outro procedimento que garanta eficiência, segurança e bem-estar ao animal (Brasil, 2017). Em alguns países desenvolvidos, a eutanásia empregada como uma estratégia de controle populacional por autoridades públicas e agências de bem-estar animal tem se tornado cada vez mais controversa (Ortega-Pacheco & Jiménez-Coello, 2011). A eutanásia é um frequente para os animais em abrigos, especialmente gatos (Stavisky et al., 2012; Alberthsen et al., 2013; Fatjó et al., 2015); 1,5 milhões de cães e gatos foram eutanasiados em 2020 nos EUA (HSUS, 2020) e na Austrália, 43.900 cães foram eutanasiados em abrigos. Esse contraste com a realidade brasileira pode estar relacionado com a cultura latino-americana contrária à aceitação do abandono de animais e à eutanásia de animais saudáveis, diferentemente da cultura e das políticas de países desenvolvidos que devem recolher todos os animais das ruas e os abrigos terem “admissões abertas”, isto é, aceitam que os tutores abandonem os seus animais no local.

As respostas referentes às políticas externas dos abrigos nessa pesquisa indicaram que em muitos municípios ainda não existem políticas públicas de manejo populacional de cães e gatos (MPCG) e, conseqüentemente, para a prevenção do abandono e garantia de saúde e bem-estar de animais em situação de rua. Apesar da importante necessidade de realizar um intenso processo de avaliação da situação local e do problema central para a implementação, intervenção e monitoramento de um programa de MPCG (Gebara, 2019), as causas relacionadas à falta de controle e ao abandono de animais possuem denominadores comuns, e que existem ações prioritárias e extremamente necessárias para garantir a diminuição do abandono, aumento da guarda responsável e dos níveis de bem-estar animal e minimizar os impactos ecológicos, da segurança pública, saúde pública e dos impactos econômicos (Bernete Perdomo et al., 2021). Dessa maneira, os municípios necessitam garantir sistemas eficientes de prevenção do abandono e da deficiência de guarda responsável por meio de políticas públicas estruturadas sob a ótica da promoção da saúde da comunidade, do bem-estar humano e animal e do equilíbrio ambiental (Garcia et al., 2012).

Nesse estudo observou-se que vários abrigos não realizavam algumas práticas associadas às medidas preventivas para o controle de doenças infecciosas com base nos princípios da medicina de abrigos. Os abrigos de animais são ambientes que tem um elevado risco para adquirir ou transmitir doenças infecciosas. Múltiplos fatores contribuem para a propagação dessas doenças nesses ambientes, visto que são alojados diversos animais imunocomprometidos e doentes, com alta rotatividade e de origens diversas, frequentemente com pouca ou nenhuma informação sobre a sua saúde, histórico de vacinação anterior ou exposição a doenças (Larson et al., 2009; Hurley & Miller, 2009; Newbury et al., 2010; Newbury & Miller, 2018; Garcia et al., 2019). Além disso, um ambiente de abrigo pode contribuir para a emergência de novos agentes patogênicos, para novos hospedeiros afetados por esse agente, ou para uma virulência modificada (Pesavento & Murphy, 2014). Por isso, a biossegurança e práticas para o manejo e controle de doenças infecciosas são essenciais em abrigos de animais para assegurar que a saúde e o bem-estar de toda a população esteja protegida, sendo que os protocolos desenvolvidos devem ser práticos, realizáveis e com base numa avaliação informada do risco/benefício (Spindel, 2012; Newbury & Miller, 2018). Apesar das precauções para gerir as doenças infecciosas, os abrigos permanecem inerentemente vulneráveis aos surtos (O'quin, 2012).

As principais práticas que uma parcela considerável dos abrigos participantes não realizavam para a prevenção de doenças infecciosas foram: a falta da realização de triagens clínicas dos animais durante a admissão no abrigo para observar e monitorar visualmente a saúde e o bem-estar de cada animal; a falta de áreas como quarentena e isolamento, que são áreas essenciais na gestão da saúde dos animais, tanto na observação de animais recém-admitidos evitando a entrada de enfermidade infecciosa em curso ou vias de manifestação e o risco de contágio aos animais residentes, quanto de animais que já estão apresentando sinais clínicos respectivamente; a falta de divisão das áreas em limpas e contaminadas; a pouca adesão da vacinação dos animais durante a admissão; os manejos incorretos durante o adequado processo de higienização; a falta de protocolos em caso de surtos de doenças infecciosas; e a falta de profissionais médicos-veterinários realizando rondas diárias para observar e monitorar visualmente a saúde e o bem-estar de cada animal nos abrigos. Essas práticas provavelmente não são seguidas ou parcialmente praticadas em muitos abrigos brasileiros por motivos de desconhecimento dos protocolos específicos embasados na literatura da medicina de abrigos, que diverge da prática veterinária tradicional de cães e gatos e, principalmente, por questões financeiras, falta de subsídio público e falta de gestão e planejamento para atuar dentro da capacidade de prover cuidados e otimização de recursos.

O uso de questionário online tem as vantagens de permitir alcance maior e de um grupo mais diverso, fortalecendo a validade ecológica do banco de dados resultante (Dewaele, 2018), além da economia de tempo, baixo custo da aplicação, preenchimento obrigatório de perguntas e facilidade da coleta e tabulação dos dados (Gonçalves, 2008). Apesar disso, o número elevado de perguntas pode ser uma das limitações do estudo, visto que está relacionado com uma percepção de suficiência do entrevistado; ou seja, alguns participantes, em determinado momento da pesquisa, passam a considerar que já responderam perguntas suficientes e, a partir de então, deixam de responder ou respondem as questões sem a necessária ponderação (Matos & Trez, 2012). A ausência de respostas em perguntas dos temas do bloco cinco e seis, quando a questão era aberta e não obrigatória sobre um número determinado de animais, pode demonstrar uma evidência dessa percepção de suficiência. Outra limitação do estudo está relacionada com a possibilidade de distorção das respostas por parte do respondente, podendo não representar a realidade das práticas realmente adotadas pelo abrigo, motivada por reação visando prestígio, retraimento defensivo diante de perguntas personalizadas e a atração exercida pela resposta positiva, resultando em vieses involuntários. Dessa maneira, apesar do estudo ter utilizado uma linguagem simples, clara, com vocabulário compatível com o público-alvo da pesquisa e os participantes terem uma relação com o tema e notável motivação em participar da pesquisa (Gunther, 2003), esse estudo não está livre de ter respostas com vieses e alguns dados sub ou superestimados.

## **5. Considerações Finais**

No presente estudo, foi possível compreender o perfil dos abrigos brasileiros em relação as suas políticas externas e internas. A partir dos dados apresentados é possível observar a falta de políticas públicas voltadas para a prevenção do abandono e do manejo populacional, além da necessidade de capacitações e pesquisas referentes as políticas internas da medicina de abrigos aos colaboradores que atuam em abrigos de animais, visto a falta de aplicabilidade de protocolos e linhas orientadoras cujos objetivos finais se expressem na melhoria do estado hígido e das condições higiênico-sanitárias dos animais abrigados e, por fim, no aumento do número de animais adotados.

Recomenda-se que estratégias de relatos estatísticos estatais sobre o número de abrigos e suas dinâmicas populacionais sejam adotadas e relatadas de maneira padronizada e epidemiologicamente sólida, sendo os resultados disponibilizados publicamente. Uma vez que esses dados estejam disponíveis, investigações detalhadas sobre as melhores práticas na garantia do bem-estar dos animais em abrigos brasileiros e estratégias para o manejo populacional podem ser garantidas. Os resultados de nosso estudo fornecem um ponto de partida para o Brasil comparar suas políticas e desempenho



do manejo com outros países, além de reavaliar as estratégias existentes para melhorar a eficiência das práticas realizadas com os animais abandonados e que estejam em instituições de acolhimento e adoção.

Espera-se que o presente estudo incentive novos trabalhos com o objetivo de acompanhar as atividades e práticas realizadas em instituições de recolhimento e adoção de animais e em suas políticas externas, dadas as necessidades do conhecimento da quantidade, práticas e manejos realizados e perfil dos animais que entram e saem dessas instituições; pesquisas adicionais são necessárias para facilitar a promoção de políticas públicas eficazes e nas construções de diretrizes das práticas da medicina de abrigos no país.

## Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST) pelo financiamento do projeto e ao Instituto PremieRpet® pela bolsa concedida ao Lucas Galdioli.

## Referências

- Albert, A., & Bulcroft, K. (1988). Pets, families, and the life course. *Journal of Marriage and the Family*, 543-552. <https://doi.org/10.2307/352019>
- Alberthsen, C., Rand, J. S., Bennett, P. C., Paterson, M., Lawrie, M., & Morton, J. M. (2013). Cat admissions to RSPCA shelters in Queensland, Australia: description of cats and risk factors for euthanasia after entry. *Australian Veterinary Journal*, 91 (1-2), 35-42. <https://doi.org/10.1111/avj.12013>
- Belchior, G. P. N., & Dias, M. R. M. S. (2020). Os animais de estimação como membros do agrupamento familiar. *Revista Brasileira de Direito Animal*, 15 (3). <https://doi.org/10.9771/rbda.v15i3.38788>
- Bernete Perdomo, E., Araña Padilla, J. E., & Dewitte, S. (2021). Amelioration of pet overpopulation and abandonment using control of breeding and sale, and compulsory owner liability insurance. *Animals*, 11 (2), 524. <https://doi.org/10.3390/ani11020524>
- Bollen, K. S., & Horowitz, J. (2008). Behavioral evaluation and demographic information in the assessment of aggressiveness in shelter dogs. *Applied Animal Behaviour Science*, 112 (1-2), 120-135. <https://doi.org/10.1016/j.applanim.2007.07.007>
- Brasil (2017). Lei n. 13.426, de 30 de março de 2017. Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil (2021). Lei n. 14.228, de 20 de outubro de 2021. Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Butcher, R. (1999). Stray dogs—a worldwide problem. *The Journal of Small Animal Practice*, 40 (9), 458-459.
- Casey, R. A., Vandebussche, S., Bradshaw, J. W., & Roberts, M. A. (2009). Reasons for relinquishment and return of domestic cats (*Felis silvestris catus*) to rescue shelters in the UK. *Anthrozoös*, 22 (4), 347-358. <https://doi.org/10.2752/089279309X12538695316185>
- Chua, D., Rand, J., & Morton, J. (2017). Surrendered and stray dogs in Australia—Estimation of numbers entering municipal pounds, shelters and rescue groups and their outcomes. *Animals*, 7 (7), 50. <https://doi.org/10.3390/ani7070050>
- Clancy, E.A., & Rowan, A.N. (2003). Companion animal demographics in the United States: A historical perspective. In D.J. Salem & A.N. Rowan (Eds.), *The state of the animals II: 2003* (pp. 9-26). Washington, DC: Humane Society Press.
- Clark, C. C., Gruffydd-Jones, T., & Murray, J. K. (2012). Number of cats and dogs in UK welfare organisations. *Veterinary Record*, 170 (19), 493-493. <https://doi.org/10.1136/vr.100524>
- Cuglovici, D. A., & Amaral, P. I. S. (2021). Dog welfare using the Shelter Quality Protocol in long-term shelters in Minas Gerais State, Brazil. *Journal of Veterinary Behavior*, 45, 60-67. <https://doi.org/10.1016/j.jveb.2021.06.004>
- Cuthbert, R. N., Dickey, J. W., Coughlan, N. E., Joyce, P. W., & Dick, J. T. (2019). The Functional Response Ratio (FRR): advancing comparative metrics for predicting the ecological impacts of invasive alien species. *Biological Invasions*, 21 (8), 2543-2547. <https://doi.org/10.1007/s10530-019-02002-z>
- De Matos, C. A., & Trez, G. (2012). A influência da ordem das questões nos resultados de pesquisas surveys. *Revista de Administração FACES Journal*, 11 (1), 151-172.
- Diesel, G., Pfeiffer, D. U., & Brodbelt, D. (2008). Factors affecting the success of rehoming dogs in the UK during 2005. *Preventive Veterinary Medicine*, 84 (3-4), 228-241. <https://doi.org/10.1016/j.prevetmed.2007.12.004>
- Dewaele, J. M. (2018). Online questionnaires. In *The Palgrave handbook of applied linguistics research methodology* (pp. 269-286). Palgrave Macmillan, London.

- Fahrión, A. S., Taylor, L. H., Torres, G., Müller, T., Dürr, S., Knopf, L., ... & Abela-Ridder, B. (2017). The road to Dog rabies control and elimination—What Keeps Us from Moving Faster?. *Frontiers in public health*, 103. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2017.00103>
- Faraco, C. B. (2008). *Interação humano-cão: o social constituído pela relação interespecie*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS, Brasil.
- Fatjó, J., Bowen, J., García, E., Calvo, P., Rueda, S., Amblás, S., & Lanza, J. F. (2015). Epidemiology of dog and cat abandonment in Spain (2008–2013). *Animals*, 5 (2), 426-441. <https://doi.org/10.3390/ani5020364>
- Fatjó, J. (2018). *Estudio “El nunca lo haría” de la Fundación Affinity sobre el abandono, la pérdida y la adopción de animales de compañía en España*. <https://www.fundacion-affinity.org/observatorio/el-nunca-lo-haria-informe-sobre-abandono-y-adopcion-de-animales-de-compania-2021>.
- Filz, K. J., Bohr, A., & Lötters, S. (2018). Abandoned Foreigners: is the stage set for exotic pet reptiles to invade Central Europe?. *Biodiversity and Conservation*, 27 (2), 417-435. <https://doi.org/10.1007/s10531-017-1444-3>
- Fico, R. (1994). Population dynamics in dogs and wild animals. *Information Circular*, 35, 3-4.
- Galdioli, L., Lima, L. C. F., Ferraz, C. P., & Garcia, R. C. M. (2020). Medicina de abrigos – desafios e avanços no Brasil. *Revista Clínica Veterinária*, 25 (144), 26-34.
- Galdioli, L., Nunes, V. F. O., Xaulim, G. M. D. R., Gomes, L. B., & Bastos, A. L. F. Responsabilidade Técnica nas Aglomerações de Animais: Organizações Não-Governamentais (ONGs) de Proteção Animal e Feiras de Adoção. *Responsabilidade Técnica na Medicina Veterinária*. Medvep, 297.
- Garcia, R. C. M. (2019). Introdução à medicina de abrigos. *Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas*. Integrativa, 274-286.
- Garcia, R. D. C. M., Calderón, N., & Ferreira, F. (2012). Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. *Revista Panamericana de Salud Publica*, 32, 140-144.
- Gebara, R. R (2019). Como iniciar um programa de manejo populacional de cães e gatos. *Medicina Veterinária do Coletivo: fundamentos e práticas*. São Paulo: Integrativa Vet, 187-193.
- Gibson, K., Keizer, K., & Golding, C. (2002). A trap, neuter, and release program for feral cats on Prince Edward Island. *The Canadian Veterinary Journal*, 43, 695 – 698.
- Gonçalves, D. I. F. (2008). Pesquisas de marketing pela internet: as percepções sob a ótica dos entrevistados. *Revista de Administração Mackenzie*, 9, 70-88. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712008000700004>
- Gunther, H. (2003). *Como Elaborar um Questionário (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 01)*. Laboratório de Psicologia Ambiental.
- Hammerschmidt, J., & Molento, C. F. M. (2014). Protocol for expert report on animal welfare in case of companion animal cruelty suspicion. *Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science*, 51 (4), 282-96. <https://doi.org/10.11606/issn.1678-4456.v51i4p282-296>
- Hawes, S. M., Kerrigan, J. M., Hupe, T., & Morris, K. N. (2020). Factors Informing the Return of Adopted Dogs and Cats to an Animal Shelter. *Animals*, 10 (9), 1573-1780. <https://doi.org/10.3390/ani10091573>
- Humane Canada (2020). *Canadian Animal Shelter Statistics*. [https://humaneCanada.ca/wp-content/uploads/2021/12/HC\\_2020\\_shelter\\_stats\\_singles.pdf](https://humaneCanada.ca/wp-content/uploads/2021/12/HC_2020_shelter_stats_singles.pdf).
- Humane Society of the United States – HSUS (2020). *Pets by the numbers - Data and statistics on pet ownership, community cat, and shelter populations in the United States*. <https://humanepro.org/page/pets-by-the-numbers>.
- Hurley, K. F., & Miller, L. (2009). Introduction to disease management in animal shelters. *Infectious Disease Management in Animal Shelters*, 5-16.
- ICAM, C. I (2019). *Guia para el Manejo Humanitario de Poblaciones Caninas*. Coalición Internacional para el Manejo de Animales de Compañía. <https://www.icam-coalition.org/wp-content/uploads/2019/09/ICAM-ManejoHumanitario-2020.06.21.pdf>.
- Instituto Pet Brasil – IPB (2019). *País tem 3,9 milhões de animais em condição de vulnerabilidade*. <http://institutopetbrasil.com/imprensa/pais-tem-39-milhoes-de-animais-em-condicao-de-vulnerabilidade/>.
- Lancaster, E., Rand, J., Collecott, S., & Paterson, M. (2015). Problems associated with the microchip data of stray dogs and cats entering RSPCA Queensland shelters. *Animals*, 5(2), 332-348. <https://doi.org/10.3390/ani5020332>
- Larson, L. J., & Schultz, R. D. (2009). Canine and feline vaccinations and immunology. *Infectious Disease Management in Animal Shelters*, 61-82.
- Lawrie, M., Gaal, M., Withers, A., Widdison, I., & Awad, M. (1996). The issue of unwanted animals: Adopting a strategic and practical approach. In *Proceedings of the Urban Animal Management Conference*, Hobart, Australia (Vol. 30).
- Lord, L. K., Wittum, T. E., Ferketich, A. K., Funk, J. A., & Rajala-Schultz, P. J. (2007). Search and identification methods that owners use to find a lost dog. *Journal of the American Veterinary Medical Association*, 230 (2), 211-216. <https://doi.org/10.2460/javma.230.2.211>
- Lord, L. K., Ingwersen, W., Gray, J. L., & Wintz, D. J. (2009). Characterization of animals with microchips entering animal shelters. *Journal of the American Veterinary Medical Association*, 235 (2), 160-167. <https://doi.org/10.2460/javma.235.2.160>
- Marston, L. C., & Bennett, P. C. (2003). Reforging the bond—towards successful canine adoption. *Applied Animal Behaviour Science*, 83 (3), 227-245. [https://doi.org/10.1016/S0168-1591\(03\)00135-7](https://doi.org/10.1016/S0168-1591(03)00135-7)

- Marston, L. C., Bennett, P. C., & Coleman, G. J. (2004). What happens to shelter dogs? An analysis of data for 1 year from three Australian shelters. *Journal of Applied Animal Welfare Science*, 7 (1), 27-47. [https://doi.org/10.1207/s15327604jaws0701\\_2](https://doi.org/10.1207/s15327604jaws0701_2)
- Marston, L. C., Bennett, P. C., & Coleman, G. J. (2005). Adopting shelter dogs: Owner experiences of the first month post-adoption. *Anthrozoös*, 18 (4), 358-378. <https://doi.org/10.2752/089279305785593965>
- Mornement, K., Coleman, G., Toukhsati, S., & Bennett, P. (2012). What do current and potential Australian dog owners believe about shelter practices and shelter dogs?. *Anthrozoös*, 25 (4), 457-473. <https://doi.org/10.2752/175303712X13479798785850>
- Nathanson, J. N. (2009). Animal hoarding: slipping into the darkness of comorbid animal and self-neglect. *Journal of Elder Abuse & Neglect*, 21 (4), 307-324. <https://doi.org/10.1080/08946560903004839>
- Neidhart, L., & Boyd, R. (2002). Companion animal adoption study. *Journal of Applied Animal Welfare Science*, 5 (3), 175-192. [https://doi.org/10.1207/S15327604JAWS0503\\_02](https://doi.org/10.1207/S15327604JAWS0503_02)
- Newbury, S., Blinn, M. K., Bushby, P. A., Cox, C. B., Dinnage, J. D., Griffin, B., ... & Spindel, M. (2010). *Guidelines for standards of care in animal shelters*. Association of Shelter Veterinarians, 1-64.
- Newbury, E., & Miller, L. (2018). Biosecurity in shelters. *BSAVA Manual of Canine and Feline Shelter Medicine*, 112-125.
- Ortega-Pacheco, A., & Jiménez-Coello, M. (2011). Debate for and against euthanasia in the control of dog populations. *Euthanasia—The “Good Death” Controversy in Humans and Animals*; Kure, J., Ed, 233-246.
- O'Quin, J. (2012). Outbreak management. *Infectious Disease Management in Animal Shelters*, 349-367.
- Patronek, G. J. (1998). Free-roaming and feral cats—their impact on wildlife and human beings. *Journal of the American Veterinary Medical Association*, 212 (2), 218-226.
- Patronek, G. J., Glickman, L. T., & Moyer, M. R. (1995). Population dynamics and the risk of euthanasia for dogs in an animal shelter. *Anthrozoös*, 8 (1), 31-43. <https://doi.org/10.2752/089279395787156455>
- Patronek, G. J., & Crowe, A. (2018). Factors associated with high live release for dogs at a large, open-admission, municipal shelter. *Animals*, 8 (4), 45. <https://doi.org/10.3390/ani8040045>
- Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). Metodologia do trabalho científico [e-book]. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), NTE. [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica\\_final.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica_final.pdf)
- Pesavento, P. A., & Murphy, B. G. (2014). Common and emerging infectious diseases in the animal shelter. *Veterinary Pathology*, 51 (2), 478-491. <https://doi.org/10.1177/0300985813511129>
- Powell, L., Reinhard, C., Satriale, D., Morris, M., Serpell, J., & Watson, B. (2021). Characterizing unsuccessful animal adoptions: Age and breed predict the likelihood of return, reasons for return and post-return outcomes. *Scientific Reports*, 11 (1), 1-12. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-87649-2>
- Rowan, A. N. (1992). Shelters and pet overpopulation: A statistical black hole. *Anthrozoös*, 5 (3), 140-143. <https://doi.org/10.2752/089279392787011430>
- Salgado, I. (2018). Is the raccoon (*Procyon lotor*) out of control in Europe? *Biodiversity and Conservation*, 27(9), 2243-2256. <https://doi.org/10.1007/s10531-018-1535-9>
- Santos, P. (2015). Algumas questões relativas ao encaminhamento de cães e gatos para adoção. *Revista de Antropologia da UFSCAR*, 5 (1), 230-247. <https://doi.org/10.52426/rau.v5i1.141>
- Shore, E. R. (2005). Returning a recently adopted companion animal: adopters' reasons for and reactions to the failed adoption experience. *Journal of Applied Animal Welfare Science*, 8 (3), 187-198. [https://doi.org/10.1207/s15327604jaws0803\\_3](https://doi.org/10.1207/s15327604jaws0803_3)
- Slater, M. R., Di Nardo, A., Pediconi, O., Dalla Villa, P., Candeloro, L., Alessandrini, B., & Del Papa, S. (2008). Free-roaming dogs and cats in central Italy: Public perceptions of the problem. *Preventive Veterinary Medicine*, 84 (1-2), 27-47. <https://doi.org/10.1016/j.prevetmed.2007.10.002>
- Souza, F. P (2016). *Guia técnico para construção e manutenção de abrigos e canis*, 35.
- Spindel, M. (2012). Strategies for management of infectious diseases in a shelter. *Shelter Medicine for Veterinarians and Staff*, 279-286.
- Stavisky, J., Brennan, M. L., Downes, M., & Dean, R. (2012). Demographics and economic burden of un-owned cats and dogs in the UK: results of a 2010 census. *BMC Veterinary Research*, 8 (1), 1-10. <https://doi.org/10.1186/1746-6148-8-163>
- Taraciuk, A. C., Leite, L. O., Polo, G., & Garcia, R. D. C. M. (2020). An overview of animal foster homes in Brazil. *Archives of Veterinary Science*, 25 (4). <http://dx.doi.org/10.5380/avs.v25i4.72602>
- Turner, P., Berry, J., & MacDonald, S. (2012). Animal shelters and animal welfare: Raising the bar. *The Canadian Veterinary Journal*, 53 (8), 893.
- Voslárvá, E., & Passantino, A. (2012). Stray dog and cat laws and enforcement in Czech Republic and in Italy. *Annali dell'Istituto superiore di sanità*, 48, 97-104. [http://dx.doi.org/10.4415/ANN\\_12\\_01\\_16](http://dx.doi.org/10.4415/ANN_12_01_16)
- Yarmoska, J. L. B. (2014). *A survey of unwanted exotic pet species offered to public aquariums, pet stores and rescue facilities in the United States*. Western Illinois University.
- Wallace, J. L., & Levy, J. K. (2006). Population characteristics of feral cats admitted to seven trap-neuter-return programs in the United States. *Journal of Feline Medicine and Surgery*, 8 (4), 279-284. <https://doi.org/10.1016/j.jfms.2006.02.004>